



ACÓRDÃO Nº538/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11349/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Leda Mourão da Silva - OAB/AM 10.276, Patrícia de Lima Linhares - OAB/AM 11.193 e Pedro Paulo Sousa Lira - OAB/AM 11.414.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3016/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA. Exercício de 2016.

Irregularidade. Revelia. Multa.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, à época, referente ao exercício de 2016, nos termos do art. 22, inciso III, “b” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96;
- 10.2. **Considerar revel** a **Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, à época, com base no art. 88, caput, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Maria Goreth Garcia do Carmo Ribeiro**, responsável pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, à época, no valor de **R\$ 13.654,39**, (Treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), com base no art. 308, VI, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, pelos questionamentos do Parecer nº 412/2018 (fls. 186/187), contidos no Relatório/Voto e não combatidos pela responsável, sendo esta **revel** nos presentes autos.
 - 10.3.1. **FIXE o prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº538/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

proceda com o recolhimento da multa a ela imputado à esfera estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, por força do art. 2º, VI, da Lei n. 4375/2016, por meio de Documento de Arrecadação – DAR avulso, gerado no sítio eletrônico da SEFAZ, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM-FAECE”, devendo a responsável comprovar o recolhimento perante este Tribunal de Contas, nos termos do art. 72, III, “a” da Lei n. 2.423/1996 c/c o art. 169, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.3.2. AUTORIZA a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado e instauração de cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, *ex vi* do art. 173 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 3 de Julho de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral